



ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA

Edifícios do Parlamento

Caixa Postal 31299

Lusaka

www.parliament.gov.zm

RELATÓRIO DO PAÍS SOBRE O PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DA 56.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC, REALIZADA EM LIVINGSTONE, ZÂMBIA, DE 8 A 15 DE DEZEMBRO DE 2024

	<p>RESOLUÇÕES SOBRE O SIMPÓSIO SOBRE O TEMA: “ALAVANCAÇANDO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA UMA ECONOMIA INTELIGENTE, INCLUSIVA E PARLAMENTOS RESPONSIVOS NA REGIÃO DA SADC.”</p>	<p>RELATÓRIO DO PAÍS</p>
<p>1.</p>	<p>OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC TOMARÃO MEDIDAS DELIBERADAS PARA SENSIBILIZAR OS SEUS CIDADÃOS SOBRE OS BENEFÍCIOS E OS POSSÍVEIS PERIGOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • COMO PARTE DA SUA ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, O MINISTÉRIO DA TECNOLOGIA E CIÊNCIA ESTÁ: <ul style="list-style-type: none"> i. COLABORAR COM O CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA REALIZAR WORKSHOPS DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE IA E REVISÃO CURRICULAR; ii. INCLUINDO TÓPICOS DE IA NOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL EM ESCOLAS E COMUNIDADES NO ÂMBITO DO PROJETO SMART ZAMBIA; E iii. DESTACANDO OS BENEFÍCIOS E RISCOS POTENCIAIS DA IA; ECOM FOCO NO USO ÉTICO DA IA, RISCOS DE DESLOCAÇÃO DE EMPREGO E PREOCUPAÇÕES COM A PRIVACIDADE DOS DADOS. • PARA APOIAR ESTES ESFORÇOS, A POLÍTICA DE IA E O QUADRO REGULAMENTAR SERÃO FINALIZADOS EM ALINHAMENTO COM OS PADRÕES REGIONAIS E GLOBAIS.
<p>2.</p>	<p>OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC AUMENTARÃO A COOPERAÇÃO REGIONAL NO ESPAÇO TECNOLÓGICO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA FAZ PARTE DAS INICIATIVAS EM CURSO DA SADC PARA MELHORAR AS LIGAÇÕES DE FIBRA ÓPTICA E ESTÁ LIGADA A REDES DE FIBRA REGIONAIS E INTERNACIONAIS EM OITO (8) DOS DEZ (10)

	LIGAÇÃO REGIONAL DE FIBRA, DE MODO A GARANTIR QUE NENHUM ESTADO-MEMBRO FICARÁ PARA TRÁS;	<p>PAÍSES VIZINHOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PARA APOIAR ESTES ESFORÇOS, O GOVERNO CONTINUARÁ A ENVOLVER-SE NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DE REGULADORES DE COMUNICAÇÃO DA SADC DA ÁFRICA AUSTRAL (CRASA) PARA HARMONIZAR OS REGULAMENTOS E GARANTIR QUE A INFRAESTRUTURA DE FIBRA PARTILHADA SEJA APROVEITADA REGIONALMENTE E COORDENADA COM OS PAÍSES VIZINHOS PARA FECHAR AS LACUNAS EXISTENTES NA CONECTIVIDADE REGIONAL.
3.	OS ESTADOS-MEMBROS PARTILHARÃO AS MELHORES PRÁTICAS E TRABALHARÃO COLETIVAMENTE PARA O ACESSO UNIVERSAL À INTERNET, O ACESSO A DISPOSITIVOS DE COMPUTAÇÃO E A PROMOÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL NA REGIÃO	<p>A ZÂMBIA ESTÁ A PROMOVER ATIVAMENTE A ALFABETIZAÇÃO DIGITAL ATRAVÉS DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • INTEGRAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL NO CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO; • PONTOS DE ACESSO TIC COMUNITÁRIOS E CENTROS DIGITAIS ESTABELECIDOS NO ÂMBITO DA INICIATIVA SMART ZAMBIA; E • PARTICIPAÇÃO NAS METAS DE CONECTIVIDADE DE BANDA LARGA UNIVERSAL DA SADC, QUE INCLUEM O AUMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS.
4.	ESTADOS-MEMBROS REALIZARÃO INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA AJUDAR A REDUZIR A DEPENDÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES. NESTE REFERENTE, DEVEM TAMBÉM SER DESENVOLVIDAS TECNOLOGIAS EFICIENTES E EFICAZES QUE REDUZAM O CUSTO DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ACABADOS PARA OS MERCADOS INTERNACIONAIS.	<ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA ESTÁ A REVISAR AS POLÍTICAS DE TRIBUTAÇÃO DE BANDA LARGA PARA MELHORAR A ACESSIBILIDADE E OS PREÇOS ACESSÍVEIS. • ALÉM DISSO, O PAÍS ESTÁ A IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS E A PROMOVER CENTROS DE INOVAÇÃO PARA APOIAR A CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL LOCAL E A PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA. • O PAÍS INVESTIU TAMBÉM NA AMPLIAÇÃO DA CONECTIVIDADE DE

		<p>BANDA LARGA ATRAVÉS DE PROJETOS COMO O SMART ZAMBIA FASE II E A AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O GOVERNO CONTINUARÁ A PARTICIPAR EM PROGRAMAS REGIONAIS DA SADC COM O OBJETIVO DE PARTILHAR MELHORES PRÁTICAS E COLABORAR EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A INDEPENDÊNCIA DIGITAL, E REGULARMENTE MONITORIZAR E AVALIAR O PROGRESSO DA PENETRAÇÃO DA BANDA LARGA, O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS E A REDUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES TIC.
5.	<p>OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC DEVEM TOMAR MEDIDAS PRÁTICAS, COMO A PROMULGAÇÃO DE LEIS DE PROTECÇÃO DE DADOS E DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA E A SENSIBILIZAÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE AS DISPOSIÇÕES DESTAS, DE MODO A TORNAR O ESPAÇO CIBERNÉTICO MAIS SEGURO PARA TODOS;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA FEZ PASSOS SIGNIFICATIVOS NO FORTALECIMENTO DA SUA ESTRUTURA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA E PROTEÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DA PROMULGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DE 2025, DA LEI DE CRIMES CIBERNÉTICOS DE 2025 E DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS DE 2021. • CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICAS SOBRE OS RISCOS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA, A PRIVACIDADE DOS DADOS E A UTILIZAÇÃO SEGURA DA INTERNET, O FOCO NAS ESCOLAS, EMPRESAS E PÚBLICO EM GERAL ESTÁ A SER FORTALECIDO; E • ESTAS LEIS E POLÍTICAS CIBERNÉTICAS SERÃO MONITORIZADAS E REVISADAS PARA ACOMPANHAR AS AMEAÇAS CIBERNÉTICAS EMERGENTES E AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS, ENTRE OUTRAS COISAS.
6.	<p>OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC VÃO INVESTIR NA ATUALIZAÇÃO DA SUA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E NA MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS, ESPECIALMENTE NAS ZONAS RURAIS, PARA FACILITAR OS PROCESSOS GOVERNAMENTAIS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM QUE OS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA ALINHOU OS SEUS ESFORÇOS DE DESENVOLVIMENTO DAS TIC COM OS OBJETIVOS DE BANDA LARGA DA SADC ATÉ 2025. ATRAVÉS DE INICIATIVAS COMO O PROJETO SMART ZAMBIA FASE II E A ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, O GOVERNO ESTÁ A EXPANDIR A COBERTURA DE BANDA LARGA E A MODERNIZAR OS SISTEMAS TIC PARA MELHORAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AS ATUALIZAÇÕES DA INFRAESTRUTURA DE BANDA LARGA ESTÃO EM

	<p>CIDADÃOS TENHAM DE VIAJAR LONGAS DISTÂNCIAS PARA ACEDER A TAIS SERVIÇOS</p>	<p>CURSO, INCLUINDO A EXTENSÃO DE REDES DE FIBRA ÓTICA E A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE BANDA LARGA MÓVEL PARA ÁREAS RURAIS E CARENTES.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA ESTÁ TAMBÉM A PARTICIPAR EM PROGRAMAS REGIONAIS DE RECOLHA E MONITORIZAÇÃO DE DADOS TIC PARA APOIAR A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E ACOMPANHAR O PROGRESSO EM DIREÇÃO ÀS METAS DE BANDA LARGA.
	<p>RESOLUÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, PROMOÇÃO DAS MULHERES E DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE</p>	<p>RELATÓRIO DO PAÍS</p>
<p>1.</p>	<p>OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC DEVEM CRIAR ESPAÇOS SEGUROS E GARANTIR A PRESTAÇÃO DE ACONSELHAMENTO E APOIO JURÍDICO AOS SOBREVIVENTES DE CASAMENTO INFANTIL E DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO (VBG), DE MODO A GARANTIR CUIDADOS E REINTEGRAÇÃO ADEQUADOS, AO MESMO TEMPO QUE TORNAM OS SERVIÇOS DE DIREITOS SEXUAIS, REPRODUTIVOS E DE SAÚDE (SDSR) AMIGÁVEIS E ACESSÍVEIS AOS JOVENS, PARTICULARMENTE NAS ZONAS RURAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA ESTABELECEU ABRIGOS NAS ÁREAS RURAIS E PERI-URBANAS PARA PROPORCIONAR SEGURANÇA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO (GVB). • ALÉM DISSO, SÃO FORNECIDOS SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO A SOBREVIVENTES DE CASAMENTO INFANTIL E VÍTIMAS DE VBG. OS SOBREVIVENTES DE CASAMENTO INFANTIL E AS VÍTIMAS DE VBG ESTÃO TAMBÉM LIGADOS AO APOIO SOCIAL NECESSÁRIO, COMO OS SERVIÇOS DE SAÚDE, INCLUINDO A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA E A ASSISTÊNCIA AOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA, COMO O APOIO AOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA DAS MULHERES (SWL) E O APOIO EM DINHEIRO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA SOCIAL DE RENDA.

2.	OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC DEVEM ALOCAR OS RECURSOS FINANCEIROS ADEQUADOS PARA ABORDAR AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS MULHERES E DAS MENINAS NA REDUÇÃO DE CATÁSTROFES E NAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. NESTE PROCESSO, AS NECESSIDADES DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA DEVEM SER EXPLICITAMENTE ABORDADAS	<ul style="list-style-type: none"> • AS DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS ANUAIS PARA A PROTECÇÃO SOCIAL AUMENTARAM GERALMENTE NOS ÚLTIMOS ANOS, À MEDIDA QUE A PROTECÇÃO SOCIAL TEM SIDO UTILIZADA COMO ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL PARA REDUZIR A POBREZA E A VULNERABILIDADE. • Foi priorizada a alocação de recursos para atender às necessidades específicas das mulheres e raparigas na redução de catástrofes e das alterações climáticas, incluindo as necessidades das mulheres com deficiência. O PLANEAMENTO E O ORÇAMENTO RESPONSIVOS ÀS PERGUNTAS DE GÉNERO FORAM IMPLEMENTADOS PARA GARANTIR QUE OS PROGRAMAS QUE ATENDERAM ÀS NECESSIDADES DAS MULHERES SEJAM ADEQUADAMENTE FINANCIADOS, AINDA MAIS, DURANTE OS IMPACTOS INDUZIDOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OUTRAS INTERVENÇÕES PARA RESILIÊNCIA.
3.	OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC DEVEM FORTALECER OS SISTEMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL E ADOPTAR POLÍTICAS RESPONSÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA, QUE AFECTA DESPROPORCIONALMENTE AS MULHERES E AS RAPARIGAS	<ul style="list-style-type: none"> • FOI ADOTADA UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE PROTECÇÃO SOCIAL DE 2024. A POLÍTICA TEM EM CONTA O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS, OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES ENFRENTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL. • MAIS SIGNIFICATIVAMENTE, A POLÍTICA INTRODUZ UMA ABORDAGEM DE CICLO DE VIDA PARA A PROTECÇÃO SOCIAL PARA COBRIR O ACESSO A BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS, BEM COMO GARANTIR INVESTIMENTOS PARA UMA PRESTAÇÃO EFICAZ, EFICIENTE E ABRANGENTE DE PROTECÇÃO SOCIAL. • ALÉM DISSO, FORAM FEITAS INTERVENÇÕES DELIBERADAS, INCLUINDO A MELHORIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO, FORTALECENDO OS ESFORÇOS DE COLABORAÇÃO E PROMOVENDO INICIATIVAS INOVADORAS, COMO A IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA CASH PLUS.
		<ul style="list-style-type: none"> •

4.	ESTADOS-MEMBROS DA SADC IMPLEMENTARÃO AVALIAÇÕES REGULARES DE IMPACTO, RECOLHA DE DADOS DESAGREGADOS POR GÉNERO E MECANISMOS DE FEEDBACK PARA AVALIAR O ACESSO À EDUCAÇÃO E ADAPTAR PROGRAMAS PARA MELHORAR OS RESULTADOS	<ul style="list-style-type: none"> • O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MANTÉM UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO (EMIS), QUE CAPTURA AS TAXAS DE INSCRIÇÃO, PROGRESSÃO E CONCLUSÃO POR SEXO. A DESAGREGAÇÃO ADICIONAL É EFETUADA NAS REVISÕES DE DESEMPENHO CHAVE E BOLETINS ESTATÍSTICOS. • AS INTERVENÇÕES QUE PROMOVEM A AVALIAÇÃO FOCADA NO GÉNERO INCLUEM: <ul style="list-style-type: none"> i. AVALIAÇÕES DE IMPACTO PERIÓDICAS REALIZADAS ATRAVÉS DO PROGRAMA KEEPING GIRLS IN SCHOOL (KGS). ii. INQUÉRITOS NACIONAIS QUE INTEGRARAM ANÁLISES DE GÉNERO PARA AVALIAR A ABANDONO, A RETENÇÃO E AS TAXAS DE PROGRESSÃO DAS MENINAS; E iii. OS SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO A NÍVEL COMUNITÁRIO E DE FEEDBACK BASEADOS NA ESCOLA ESTÃO A SER FORTALECIDOS.
5.	OS ESTADOS-MEMBROS DEVEM INTEGRAR CURRÍCULOS SENSÍVEIS NAS PERSPECTIVAS DE GÉNERO, AUMENTAR A PROPORÇÃO DE PROFESSORAS E ESTABELECEM MÉTODOS DE ENSINO CULTURALMENTE RESPONSIVOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS SEGUROS E APOIO DIRIGIDO PARA CRIAR AMBIENTES EDUCATIVOS INCLUSIVOS PARA OS ALUNOS MARGINALISADOS	<ul style="list-style-type: none"> • O CURRÍCULO RESPONSÍVEL AO GÉNERO NA ZÂMBIA INTEGRA A IGUALDADE DE GÉNERO, A SAÚDE REPRODUTIVA E AS COMPETÊNCIAS PARA A VIDA. ALÉM DISSO, OS CLUBES ESCOLARES QUE MANTÊM MENINAS NA ESCOLA (KGS) E A EDUCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A VIDA PROMOVEM VALORES INCLUSIVOS. • DESDE 2022, MAIS DE 40.000 PROFESSORES, COM FOCO EM EDUCADORES MULHERES E EDUCADORES COM DEFICIÊNCIA, FORAM RECRUTADOS. • ALÉM DISSO, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ZÂMBIA INCLUI MÓDULOS SOBRE PEDAGOGIA SENSÍVEL AO GÉNERO. • ATRAVÉS DO PROJETO DE MELHORIA DA APRENDIZAGEM PRECOCE DA ZÂMBIA (ZEEL) E DO PROJETO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO DA ZÂMBIA (ZEEP), ESTÃO EM CONSTRUÇÃO MAIS DE 120 NOVAS ESCOLAS DO ENSINO SECUNDÁRIO E 550 SALAS DE AULA DE

		<p>EDUCAÇÃO INFANTIL (ECE).</p> <ul style="list-style-type: none"> EM RELAÇÃO AO APOIO DIRIGIDO E AOS ESPAÇOS SEGUROS PARA AS MENINAS, FORAM INTRODUZIDAS REPARAÇÕES EM INTERNATOS, ESPAÇOS SEGUROS E SISTEMAS DE GESTÃO DE CASOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE MENINAS NA ESCOLA. ALÉM DISSO, O PROGRAMA DE GESTÃO DA HIGIENE MENSTRUAL ALCANÇOU MAIS DE 1 MILHÃO DE MENINAS.
6.	<p>ESTADOS-MEMBROS DA SADC ADOTARÃO POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, LEIS ANTIDSCRIMINAÇÃO E COTAS PARA MULHERES EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E PROGRAMAS PROFISSIONAIS E LANÇARÃO CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA DESAFIAR ESTEREÓTIPOS, PROMOVER A IGUALDADE E INFORMAR MULHERES E JOVENS SOBRE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS E DE CARREIRA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> A LEI DA EDUCAÇÃO DA ZÂMBIA GARANTE O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS. A POLÍTICA DE REENTRADA APOIA AS MÃES ADOLESCENTES. ATUALMENTE, A POLÍTICA ESTÁ EM REVISÃO PARA MELHORAR O APOIO ÀS MENINAS O CONSELHO DE EMPRÉSTIMOS E BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR ESTÁ A SER REVISADO PARA MELHORAR A EQUIDADE DE GÉNERO. ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E EM COLABORAÇÃO COM OUTROS SETORES, O PAÍS PROMULGOU FORTES ESTRUTURAS LEGAIS — COMO A LEI DOS JUVENIS E A LEI DO CÓDIGO DA CRIANÇA DE 2022 — PARA ELIMINAR O CASAMENTO INFANTIL, A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA E A EXPLORAÇÃO, AO MESMO TEMPO PROMOVE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SEGURA E RESPONSIVA ÀS PERGUNTAS DE GÉNERO. ALÉM DISSO, A INSTITUIÇÃO KEEPING GIRLS IN SCHOOL TERTIARY ESTÁ A APOIAR MAIS DE 2.000 MENINAS DESDE 2022 E HÁ PLANOS EM ANDAMENTO PARA APOIAR 4.000 MENINAS ANUALMENTE ATÉ 2028.
	<p>RESOLUÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE</p>	<p>RELATÓRIO DO PAÍS</p>

	DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	
13.	OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC VÃO REVER E ATUALIZAR OS QUADROS LEGAIS DOS PROCESSOS ELEITORAIS PARA ALINHAREM COM A LEI MODELO DA SADC SOBRE AS ELEIÇÕES E OS PRINCÍPIOS REVISADOS DA SADC QUE REGEM AS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS.	<ul style="list-style-type: none"> • A COMISSÃO ELEITORAL DA ZÂMBIA CONSTITUIU O COMITÉ TÉCNICO DE REFORMAS ELEITORAL EM JULHO DE 2024 PARA REALIZAR UMA REVISÃO ABRANGENTE DAS LEIS ELEITORAL. • O COMITÉ FORNECEU UMA PLATAFORMA PARA A COMISSÃO ELEITORAL DA ZÂMBIA CONDUZIR UMA REVISÃO HOLÍSTICA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL QUE SEJA CLARO E INEQUÍVOCO PARA GARANTIR A CERTEZA E A CONSISTÊNCIA JURÍDICAS, EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS NA LEI MODELO DA SADC SOBRE ELEIÇÕES E PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA SADC QUE REGEM AS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS.
14.	OS ESTADOS-MEMBROS DEVEM IDENTIFICAR E ABORDAR ATIVAMENTE AS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES MARGINALISADAS E VULNERÁVEIS COM ABORDAGENS DIRIGIDAS, INCLUINDO PROTEÇÕES CONTEXTUAIS ESPECÍFICAS DOS SEUS DIREITOS ELEITORAIS COMO PARTE DOS ESFORÇOS MAIS AMPLOS DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • A CONSTITUIÇÃO DA ZÂMBIA GARANTE O RESPEITO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A NÃO DISCRIMINAÇÃO. • ALÉM DISSO, A LEI DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A POLÍTICA NACIONAL SOBRE A DEFICIÊNCIA OPERACIONALIZAM O COMPROMISSO DO PAÍS EM PROMOVER OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs), CONFORME PREVISTO NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CNUDPD). • A COMISSÃO ELEITORAL DA ZÂMBIA IMPLEMENTOU, PORTANTO, MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS ELEITORAIS DE VÁRIOS GRUPOS DE INTERESSE, CONFORME SEGUE: <ul style="list-style-type: none"> i. DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE GÉNERO E INCLUSÃOVISANDO A PROMOÇÃO DOS DIREITOS ELEITORAIS DAS MULHERES E PCDs NO PROCESSO ELEITORAL.

		<p>ii. ACÇÃO AFIRMATIVA SOBRE O PAGAMENTO DE TAXAS DE INDICAÇÃO: A COMISSÃO INTRODUZIU TAXAS DE INDICAÇÃO MAIS BAIXAS PARA MULHERES, JOVENS E PCDs NUMA TENTATIVA DE PROMOVER A SUA PARTICIPAÇÃO.</p> <p>iii. COLABORAÇÃO ESTRATÉGICA COM AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS, COMO A AGÊNCIA DA ZÂMBIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA PROMOVER OS DIREITOS ELEITORAIS DAS POPULAÇÕES MARGINALIZADAS E VULNERÁVEIS.</p>
	RESOLUÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA, RECURSOS NATURAIS E ACÇÃO CLIMÁTICA	RELATÓRIO DO PAÍS
1.	OS ESTADOS-MEMBROS DA SADC DEVEM ADOTAR E IMPLEMENTAR POLÍTICAS QUE PROMOVAM A AGROECOLOGIA E AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CLIMATICAMENTE INTELIGENTES PARA FORTALECER A RESILIÊNCIA, REDUZIR AS EMISSÕES E MELHORAR A SEGURANÇA ALIMENTAR. O APOIO A ABORDAGENS COM SENSIBILIDADE DE GÉNERO E OS INCENTIVOS FINANCEIROS PARA PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS DEVEM SER PRIORIZADOS.	<ul style="list-style-type: none"> • A ZÂMBIA TEM VÁRIAS POLÍTICAS E PROGRAMAS NACIONAIS DESTINADOS A PROMOVER A AGROECOLOGIA, A AGRICULTURA INTELIGENTE EM MATÉRIA DE CLIMA E ESTRATÉGIAS RESPONSIVAS ÀS PERGUNTAS DE GÉNERO NA ACÇÃO CLIMÁTICA E NA REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES. • AS PRINCIPAIS INICIATIVAS INCLUEM A REVISÃO EM CURSO DA SEGUNDA POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL PARA MELHORAR A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA, A INCLUSIVIDADE DE GÉNERO E O EMPODERAMENTO DOS JOVENS; A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS PARA MELHORAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; E O PROGRAMA DE APOIO À TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA ABRANGENTE (CATSP), QUE PROMOVE INVESTIMENTOS EM CADEIAS DE VALOR AGRÍCOLA E INFRAESTRUTURAS. ALÉM DISSO, A POLÍTICA

		NACIONAL DE REGA E O AUMENTO DO APOIO ORÇAMENTAL ESTÃO A MELHORAR A ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA ATRAVÉS DE UMA MELHOR GESTÃO DA ÁGUA E DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS.
2.	ESTADOS-MEMBROS DA SADC INTEGRARÃO ESTRATÉGIAS RESPONSIVAS AO GÉNERO NA ACÇÃO CLIMÁTICA E NA REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES. OS ESTADOS-MEMBROS DEVEM GARANTIR QUE AS MULHERES E OS GRUPOS MARGINALISADOS SEJAM CENTRAIS NOS PROCESSOS DE PLANEAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO, PERMITINDO O ACESSO EQUITATIVO AOS RECURSOS E OPORTUNIDADES DE TOMADA DE DECISÃO.	PARA PROMOVER AS AÇÕES CLIMÁTICAS COM BASE NO GÉNERO, O MINISTÉRIO ESTÁ A DESENVOLVER CAPACIDADE NOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO AGRÍCOLA, FORTALECENDO O ORÇAMENTO COM BASE NO GÉNERO E REESTRUTURANDO O PROGRAMA DE APOIO A INSUMOS DO AGRICULTOR (FISP) PARA APOIAR SISTEMAS AGRÍCOLAS RESILIENTES E DE ALTO VALOR.

ANEXO 1: ATUALIZAÇÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES PRINCIPAIS

	Decisões/Questões	Questões a abordar no Relatório do País
1.	TRANSFORMAÇÃO DO FÓRUM EM PARLAMENTO REGIONAL DA SADC	<ul style="list-style-type: none"> A ZÂMBIA FEZ AVANÇOS SIGNIFICATIVOS A NÍVEL NACIONAL NO AVANÇO DA TRANSFORMAÇÃO DO FÓRUM NUM PARLAMENTO REGIONAL DA SADC.

		<ul style="list-style-type: none"> • A 2 DE JULHO DE 2024, A ZÂMBIA TORNOU-SE O DÉCIMO PRIMEIRO ESTADO-MEMBRO DA SADC A ASSINAR O ACORDO QUE ALTERA O TRATADO DA SADC PARA ESTABELECEM O PARLAMENTO DA SADC. • A ZÂMBIA Acolheu A 56ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO PF DA SADC EM DEZEMBRO DE 2024. DURANTE A SESSÃO, A VICE-PRESIDENTE, SRA. WK MUTALE NALUMANGO, REAFIRMOU O COMPROMISSO DA ZÂMBIA COM O ESTABELECEM DO PARLAMENTO DA SADC E PROMETEU APOIO A TODOS OS PROCESSOS QUE LEVARAM À SUA CONCLUSÃO BEM SUCEDIDA. • No que respeita ao projecto de protocolo, a Zâmbia apresentou os seus comentários ao Secretariado da SADC, nos termos da decisão da 44.ª Cimeira da SADC.
2.	DESTACAMENTO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> • A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA PERMANECE FIRME NO SEU COMPROMISSO DE PROMOVER OS OBJETIVOS DO PF DA SADC ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E DE APOIO INSTITUCIONAL. • COMO PROVA DESTE COMPROMISSO CONTÍNUO, A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA DESTACOU, COM SUCESSO, NO PASSADO, PESSOAL QUALIFICADO PARA O FÓRUM. • ESTAS DESTACAÇÕES NÃO SÓ CONTRIBUÍRAM SIGNIFICATIVAMENTE PARA O TRABALHO DO FÓRUM, COMO TAMBÉM AUMENTARAM A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DO PESSOAL

		<p>DESTACADO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • FACE AO EXPOSTO, A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA INICIOU O PROCESSO DE DESTAQUE DE PESSOAL QUALIFICADO E COMPETENTE PARA O FÓRUM, SEGUINDO OS PEDIDOS OFICIAIS PARA OS CARGOS NECESSÁRIOS DO FÓRUM.
3.	MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL (MOEs)	<ul style="list-style-type: none"> • A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA RECONHECE A IMPORTÂNCIA DA OBSERVAÇÃO ELEITORAL NA PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, DA TRANSPARÊNCIA E DA CREDIBILIDADE DOS PROCESSOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA SADC. • NO ENTANTO, DEVIDO ÀS RESTRIÇÕES FINANCEIRAS PREVALENTES, A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA LAMENTA A SUA INCAPACIDADE, NESTE MOMENTO, DE PATROCINAR A PARTICIPAÇÃO DE DOIS MEMBROS DO PARLAMENTO E DO FUNCIONÁRIO EM CADAMISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL (MOE) DURANTE O CALENDÁRIO ELEITORAL DE 2026. • NO ENTANTO, A ASSEMBLEIA NACIONAL FELICITA O FÓRUM PELO SEU DESENVOLVIMENTO PROATIVO DE UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E INSTA O FÓRUM A INTENSIFICAR O ENGAJAMENTO COM PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO E PARTES INTERESSADAS QUE POSSAM ESTAR EM POSIÇÃO DE APOIAR ESTA IMPORTANTE INICIATIVA. • A ASSEMBLEIA NACIONAL PERMANECE COMPROMETIDA COM

		<p>OS OBJETIVOS DO FÓRUM E ESTÁ PRONTA PARA PARTICIPAR SIGNIFICATIVAMENTE NAS SUAS ATIVIDADES DENTRO DOS LIMITES DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.</p>
4.	<p>DESIGNAÇÃO DE UMA PESSOA FOCAL NA DOMESTICAÇÃO DA LEI MODELO</p>	<p>PESSOA DO PONTO FOCAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • O FUNCIONÁRIO DO DEPARTAMENTO DO PF DA SADC NA ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA FOI CONFIADO COM A RESPONSABILIDADE DE SER A PESSOA FOCAL NA DOMESTICAÇÃO DA LEI MODELO. O OFICIAL É RESPONSÁVEL POR COORDENAR ASSUNTOS RELACIONADOS COM A DOMESTICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS MODELO DA SADC, MONITORIZAR O PROGRESSO E GARANTIR A COMUNICAÇÃO EFICAZ ENTRE A ASSEMBLEIA NACIONAL E O FÓRUM, ENTRE OUTRAS RESPONSABILIDADES. <p>ESFORÇOS NACIONAIS NA DOMESTICAÇÃO E PROMOÇÃO DE LEIS MODELO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA ENVOLVEU-SE ACTIVAMENTE NO ALINHAMENTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL COM O FÓRUM MODELO. ESTES ESFORÇOS REFLETEM O COMPROMISSO DA ZÂMBIA EM PROMOVER A INTEGRAÇÃO REGIONAL E HARMONIZAR AS ESTRUTURAS LEGAIS EM TODA A REGIÃO DA SADC. <p>LEGISLAÇÃO DOMESTICAÇÃO</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • A LEI DO CÓDIGO DA CRIANÇA É UM DOS EXEMPLOS MAIS PROEMINENTES DE LEGISLAÇÃO NA ZÂMBIA QUE SE BASEIA DIRETAMENTE NA LEI MODELO DA SADC SOBRE A ERRADICAÇÃO DO CASAMENTO INFANTIL E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS JÁ CASADAS. A LEI CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM A CRIANÇA, ELEVA A IDADE LEGAL DA CRIANÇA E CODIFICA MEDIDAS DE PROTEÇÃO, REFLETINDO ASSIM AS PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS DEFENDIDOS PELA SADC PF. • LEI DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS:A ZÂMBIA TAMBÉM TOMOU MEDIDAS PARA ALINHAR OS SEUS MECANISMOS DE SUPERVISÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS COM A LEI MODELO DA SADC SOBRE A GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS (PFM), ADOTADA PELO FÓRUM EM 2022. COMO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL, APOIEI PUBLICAMENTE A UTILIDADE DESTA LEI MODELO PARA MELHORAR A RESPONSABILIDADE E A DISCIPLINA FISCAL EM CONFORMIDADE COM AS MELHORES PRÁTICAS REGIONAIS. • A LEI DO CASAMENTO:A ALTERAÇÃO DA LEI DO CASAMENTO EM 2023 OFERECE UMA OPORTUNIDADE SIGNIFICATIVA PARA ACABAR COM O CASAMENTO INFANTIL NO PAÍS, ABORDANDO AS LACUNAS LEGAIS, FORTALECENDO AS PROTEÇÕES PARA AS CRIANÇAS E HARMONIZANDO A DEFINIÇÃO CONSUMIDORA E ESTATUTÁRIA DE QUEM É CRIANÇA. • ESTA ALTERAÇÃO INTRODUZIU REGULAMENTOS MAIS RIGOROSOS RELATIVOS À IDADE DE CONSENTIMENTO PARA O
--	--	--

		<p>CASAMENTO, ALINHANDO-A MAIS COM OS PADRÕES E MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS. AO AUMENTAR A IDADE MÍNIMA DE CASAMENTO PARA OS 19 ANOS E IMPOSTAR PENALIDADES GRAVES PARA AQUELES QUE VIOLAREM ESTAS DISPOSIÇÕES, A LEI DO CASAMENTO ALTERADA ACTUA COMO UM PODEROSO DISSUASOR CONTRA O CASAMENTO INFANTIL.</p> <p>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</p> <ul style="list-style-type: none">• A ASSEMBLEIA NACIONAL CO-ORGANIZOU FÓRUMS CONSULTIVOS REGIONAIS, COMO A CONVENÇÃO REGIONAL DO PF DA SADC REALIZADA EM LUSAKA, EM AGOSTO DE 2024, QUE SE CONCENTROU NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MODELO DA SADC SOBRE A ERRADICAÇÃO DO CASAMENTO INFANTIL E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS JÁ CASADAS. ESTE FÓRUM REUNIU LEGISLADORES, SOCIEDADE CIVIL E PARCEIROS INTERNACIONAIS PARA CO-CRIAR ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA A REFORMA JURÍDICA E POLÍTICA COM BASE NO MODELO DE PF DA SADC.• ATRAVÉS DE DEBATES PARLAMENTARES, TRABALHO DE COMISSÕES E ALCANCE DAS PARTES INTERESSADAS, A ASSEMBLEIA NACIONAL FACILITOU A CONSCIENTIZAÇÃO NACIONAL DAS LEIS MODELO DA SADC E INCENTIVOU O DIÁLOGO INCLUSIVO SOBRE A SUA RELEVÂNCIA PARA A AGENDA LEGISLATIVA DA ZÂMBIA.
--	--	--

5.	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE SRHR E GOVERNANÇA 2023-2026	<p>A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA ASSINOU UM ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO PARA O PROJETO DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA (SRHR)/VIH, SIDA E GOVERNANÇA EM NOVEMBRO DE 2023. ESTE FOI SEGUIDO PELA RENOVAÇÃO/RECRUTAMENTO DE DOIS INVESTIGADORES DE SRHR, QUE TAMBÉM SÃO FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES E TRABALHAM NO PROJETO DESDE 2019. AS SEGUINTE ATIVIDADES FORAM IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PROJETO.</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) RECONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO NACIONAL (NWG) PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS DO PARLAMENTO DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES. O NWG é composto por membros seleccionados de organizações da sociedade civil, ministérios governamentais, agências da ONU e dois investigadores de SDSR; (ii) OS MEMBROS DO PARLAMENTO SELECIONADOS DA COMISSÃO DE SAÚDE E DA CAMPANHA PARLAMENTAR DE SRHR REALIZARAM UMA ATIVIDADE DE ALCANCE COMUNITÁRIO EM OUTUBRO DE 2024 PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. O OBJETIVO FOI AVERICAR OS DESAFIOS INERENTES ENFRENTADOS POR ESTE GRUPO MARGINALIZADO NO ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM GERAL E TRATAMENTO DO VIH EM PARTICULAR; (iii) DURANTE A 56ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO PF DA SADC,
----	---	--

		<p>OS MEMBROS DO PARLAMENTO NO ÂMBITO DO PROJETO SRHR PUDEAM APRESENTAR ALGUNS DOS TRABALHOS QUE ESTÃO A REALIZAR NO ÂMBITO DO PROJETO EM COLABORAÇÃO COM MUITAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS QUE TRABALHAM EM SRHR NA ZÂMBIA, BEM COMO LÍDERES TRADICIONAIS. ALGUMAS DAS CONQUISTAS NO ÂMBITO DESTA COLABORAÇÃO INCLUEM O AUMENTO DE VOZES PARA ACABAR COM O CASAMENTO INFANTIL E AMPLIAR A DMESTICAÇÃO DA LEI MODELO DA SADC SOBRE O ACABAR COM O CASAMENTO INFANTIL;</p> <p>(iv) DESDE DEZEMBRO DE 2024 ATÉ À DATA, OS MEMBROS DO PARLAMENTO TÊM-SE ENVOLVIDO COM O PROCURADOR-GERAL E OUTROS ATORES ESTADUAIS PARA DESENVOLVER, A CURTO PRAZO, UM INSTRUMENTO ESTATUTÁRIO, DE ACORDO COM A LEI DO CÓDIGO DA CRIANÇA DE 2022, PARA ABORDAR A QUESTÃO DA IDADE DE CONSENTIMENTO PARA ADOLESCENTES SE ENVOLVEREM EM ATIVIDADE SEXUAL E TEREM ACESSO A SERVIÇOS DE SSR NOS CENTROS DE SAÚDE, TENDO EM VISTA A DEFINIÇÃO DO TERMO “CRIANÇA” SOB DIFERENTES ESTRUTURAS LEGISLATIVAS NA ZÂMBIA. NO ÂMBITO DESTA INTERVENÇÃO, CERCA DE TRINTA DEPUTADOS, QUATRO FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES, DEZ ALTOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO E VÁRIOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL FORAM ORIENTADOS E FORMADOS; E</p> <p>(v) NO INÍCIO DE MAIO DE 2025, O PROJETO INICIOU O TRABALHO CONSULTIVO COM A REUNIÃO PARLAMENTAR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O AMBIENTE COM O</p>
--	--	--

		<p>OBJETIVO DE DESENVOLVER UMA NOTA CONCEITUAL E UM ORÇAMENTO QUE ORIENTARIAM AS INTERVENÇÕES PARLAMENTARES SOBRE AS QUESTÕES DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA SRHR. A NOTA CONCEITUAL FOI ENVIADA AO ESPECIALISTA EM ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DO PF DA SADC PARA ANÁLISE.</p> <p>EM TERMOS DE FINANCIAMENTO DE ACTIVIDADES, A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA CONTINUOU A BENEFICIAR DO APOIO DO GOVERNO SUECO. ATÉ AGORA, A ASSEMBLEIA NACIONAL DA ZÂMBIA ARRECOU CERCA DE 1.550 dólares PARA APOIAR AS ACTIVIDADES ACIMA LISTADAS, INCLUINDO A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO PROJETO E FAIXA DE ABERTURA. O PROJECTO DE SRHR DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTRUÍU TAMBÉM UMA FORTE RELAÇÃO DE TRABALHO COM AS AGÊNCIAS DA ONU E AS OSC QUE TRABALHAM NA ZÂMBIA, QUE TÊM SIDO UMA FONTE DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO ÀS ACTIVIDADES DO PROJECTO.</p>
--	--	---

SENHOR PRESIDENTE, concordo.